



## Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí ESMEPI

# 3º TESTE SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO T.R.E. - PIAUÍ

### Informações Gerais:

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões;
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

### Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, número do RG e número de inscrição. Se houver erro, notifique o fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada, no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato;
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta;
- O candidato só poderá deixar o local de prova e levar o caderno após 1 hora e meia do início de sua realização.

### Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique imediatamente o fiscal;
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de QUATRO HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação da seleção pública.



## DIREITO ELEITORAL

1. São órgãos da Justiça Eleitoral, EXCETO:
  - A) o Tribunal Superior Eleitoral;
  - B) os Tribunais Regionais Eleitorais;
  - C) o Ministério Público Eleitoral;
  - D) os Juízes Eleitorais;
2. Assinale a assertiva FALSA à luz do Código Eleitoral:
  - A) para o efeito da inscrição eleitoral, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistamento mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas;
  - B) poderá o juiz se tiver dúvida quanto a identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento, converter o julgamento em diligência para que o alistando esclareça ou complete a prova ou, se for necessário, compareça pessoalmente à sua presença;
  - C) deferido o pedido de alistamento, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo;
  - D) a restituição de qualquer documento deverá ser feita independentemente de despachado o pedido de alistamento pelo juiz eleitoral.
3. São eleitores com voto facultativo, EXCETO:
  - A) os analfabetos;
  - B) os juízes eleitorais;
  - C) os maiores de setenta anos;
  - D) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
4. São condições de elegibilidade, EXCETO:
  - A) a nacionalidade brasileira;
  - B) o pleno exercício dos direitos políticos;
  - C) o alistamento eleitoral;
  - D) o ensino fundamental completo.
5. Assinale a assertiva FALSA:
  - A) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude;
  - B) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé;
  - C) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;
  - D) O militar alistável é inelegível.
6. Sobre partidos políticos, é INCORRETO afirmar:
  - A) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana;
  - B) Os partidos políticos devem manter caráter nacional;
  - C) A independência dos partidos políticos não admite qualquer ingerência da Justiça Eleitoral;
  - D) Os partidos políticos são proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
7. Ainda sobre partidos políticos, NÃO se pode afirmar:
  - A) Os partidos políticos detêm personalidade jurídica própria;
  - B) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação;
  - C) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar;
  - D) Não se admite em qualquer hipótese a mudança de partido no curso do mandato.
8. Sobre recursos em matéria eleitoral, assinale a assertiva FALSA:
  - A) Os recursos eleitorais terão efeito suspensivo;
  - B) A execução de qualquer acórdão será feita imediatamente, através de comunicação por ofício, telegrama, ou, em casos especiais, a critério do presidente do Tribunal, através de cópia do acórdão.
  - C) O recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte em cassação de registro, afastamento do titular ou perda de mandato eletivo será recebido pelo Tribunal competente com efeito suspensivo.
  - D) O Tribunal dará preferência ao recurso sobre quaisquer outros processos, ressalvados os de habeas corpus e de mandado de segurança.
9. Ainda sobre recursos, assinale a assertiva FALSA:
  - A) A inelegibilidade superveniente que atrai restrição à candidatura, se formulada no âmbito do processo de registro, poderá ser deduzida no recurso contra expedição de diploma.
  - B) A inelegibilidade superveniente apta a viabilizar o recurso contra a expedição de diploma, decorrente de alterações fáticas ou jurídicas, deverá ocorrer até a data fixada para que os partidos políticos e as coligações apresentem os seus requerimentos de registros de candidatos;
  - C) O recurso contra expedição de diploma deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias após o último dia limite fixado para a diplomação e será suspenso no período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, a partir do qual retomará seu cômputo;
  - D) Para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior caberá, dentro de 3 (três) dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.
10. Sobre recursos no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais, assinale a assertiva ERRADA:
  - A) São admissíveis embargos de declaração nas hipóteses

previstas no Código de Processo Civil;

- B) Os embargos de declaração estão sujeitos a preparo;
- C) O juiz julgará os embargos de declaração em cinco dias;
- D) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**11.** Sobre as hipóteses que autorizam a intervenção federal, assinale a alternativa incorreta:

- A) Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação na outra;
- B) Manter a integridade nacional;
- C) Garantir o livre exercício do Poder Legislativo em qualquer das unidades da federação;
- D) Estabelecer a autoridade quando greves de grandes proporções forem deflagradas pelos servidores públicos estaduais.

**12.** Determinado ditador assume o poder de um pequeno país após golpe de Estado que rompeu a ordem até então vigente. Para governar, resolveu escrever sua própria Constituição sem a participação popular e sem a atuação do Poder Legislativo. Referida Constituição representa tão somente a ideologia do ditador e do grupo por ele representado e é utilizada apenas para justificar juridicamente o exercício autoritário do poder por ele preestabelecido.

A Constituição acima descrita pode ser classificada como:

- A) outorgada, eclética e normativa
- B) promulgada, ortodoxa e semântica
- C) outorgada, ortodoxa e semântica
- D) outorgada, eclética e normativa

**13.** Assinale a alternativa correta acerca do Poder Constituinte:

- A) O poder constituinte originário conferido aos estados autoriza que estes elaborem e atualizem suas próprias constituições.
- B) O poder constituinte derivado decorrente permite a modificação de uma constituição conforme o procedimento estabelecido pelo poder constituinte originário.
- C) O poder constituinte derivado abrange o poder de revisar ou emendar a Constituição Federal.
- D) O poder constituinte originário esgota-se quando se encerra o processo de edição da nova constituição, sendo, portanto, um poder de natureza temporária.

**14.** Compete ao Conselho Nacional de Justiça:

- A) Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 05 anos;
- B) Zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto de Magistratura, podendo expedir leis, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- C) Apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros dos órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei,

não sendo necessária a apreciação, para estes atos, do Tribunal de Contas da União, em razão do princípio da economia processual;

- D) Elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

**15.** Assinale a alternativa incorreta sobre a organização político administrativa do Estado brasileiro:

- A) O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa.
- B) É possível, atualmente, a subdivisão de um estado federado em dois novos estados mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- C) É possível, atualmente, a criação de novo Município mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios subvencionar cultos religiosos.

**16.** Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar:

- A) É livre a associação profissional ou sindical, sendo permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- B) A garantia do mínimo existencial, que decorre da proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, apresenta-se como limitação à alegação da reserva do possível.
- C) Os direitos sociais estão inseridos na terceira geração de direitos fundamentais, ancorados no ideal de fraternidade e solidariedade.
- D) É proibido o desempenho de qualquer trabalho, ofício ou profissão ao menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos de idade.

**17.** No que diz respeito à nacionalidade, assinale a alternativa correta:

- A) Perderá a nacionalidade de brasileiro aquele que tenha a naturalização cancelada judicialmente em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- B) São brasileiros naturalizados os nascidos em país estrangeiro, filho de mãe brasileira, uma vez registrados no respectivo consulado brasileiro
- C) São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- D) Os cargos de Deputado Federal e Senador são privativos de brasileiros natos.

**18.** Assinale a alternativa correta acerca dos direitos políticos:

- A) O direito ao sufrágio corresponde ao direito de votar, de participar da organização da vontade estatal e de ser votado.
- B) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros, os brasileiros naturalizados e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- D) O Prefeito deve renunciar ao respectivo mandato, até seis meses antes do pleito, para concorrer a cargo eletivo majoritário.
- 19.** Em tema de controle de constitucionalidade, a chamada cláusula de reserva de plenário prevista na Constituição da República
- A) Tratando-se da via difusa de controle de constitucionalidade, no Brasil, em nenhuma hipótese será dispensada a cláusula de reserva de plenário.
- B) O STF, mitigando norma constitucional, entende que é dispensável a submissão da demanda judicial à regra da reserva de plenário quando a decisão do tribunal basear-se em jurisprudência do plenário ou em súmula do STF.
- C) Conforme a cláusula de reserva de plenário, o juiz singular de primeiro grau não pode, incidentalmente, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em um caso concreto, salvo se já houver precedente no mesmo sentido do pleno ou órgão especial do tribunal ao qual o magistrado se encontre vinculado ou do STF.
- D) Não viola a cláusula de reserva de plenário (CF, Artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- 20.** Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos é CORRETO afirmar que:
- A) O exercício de profissão não pode ser condicionado a qualificações profissionais estabelecidas em lei.
- B) A sucessão de bens estrangeiros situados no País será regulada pela lei estrangeira em benefício do cônjuge, sempre que não lhe seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- C) Todos podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, independentemente de prévio aviso à autoridade competente.
- D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL**
- 21.** Assinale a assertiva FALSA:
- A) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei;
- B) É permitida a arbitragem, na forma da lei;
- C) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos
- D) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa;
- 22.** Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando os valores abaixo, SALVO:
- A) a proporcionalidade;
- B) a razoabilidade;
- C) o sigilo;
- D) a legalidade.
- 23.** Assinale a assertiva FALSA:
- A) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência;
- B) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental;
- C) A tutela provisória requerida em caráter antecedente independe do pagamento de custas;
- D) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- 24.** Considera-se requisito para a estabilização da tutela provisória de urgência, EXCETO:
- A) o inconformismo do requerido;
- B) o requerente manejá-la em caráter antecedente;
- C) seu conteúdo contemplar satisfatividade;
- D) o requerente deixar claro desde o primeiro momento o intento de usufruir da medida.
- 25.** É hipótese de improcedência liminar do pedido do autor, EXCETO:
- A) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- B) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos extraordinários e especiais;
- C) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- D) enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- 26.** Considera-se matéria que deva ser levantada pelo réu no corpo contestação, EXCETO:
- A) incompetência absoluta e relativa;
- B) incorreção do valor da causa;
- C) impedimento e suspeição do juiz;
- D) indevida concessão do benefício de gratuidade judiciária.
- 27.** São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:
- A) as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa;

- B) a sentença penal condenatória transitada em julgado;
- C) a sentença arbitral;
- D) a sentença estrangeira, de pleno direito.

**28.** Considerada importante ferramenta trazida pelo CPC/2015, com amplitude majorada, em comparação ao CPC/1973, crucial para a efetividade das execuções:

- A) ação declaratória incidental;
- B) meios atípicos de execução;
- C) inexigibilidade ulterior de título judicial em desconformidade com a Constituição;
- D) princípio do efetivo contraditório.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**29.** Jacinto integra com Nereu associação estável e permanente dedicada ao tráfico ilícito de drogas. Pretendendo obter um acordo de colaboração premiada, Jacinto chama Nereu para uma conversa pessoal em local fechado ao público e grava todo o conteúdo da conversa sem o conhecimento de Nereu. Nessa situação:

- A) A gravação de conversa por um dos interlocutores é válida como meio de prova no processo penal, independente de autorização judicial.
- B) O conteúdo da gravação realizada por Jacinto somente poderá ser utilizado como prova em eventual ação penal se a gravação foi precedida de autorização judicial.
- C) A prova obtida é ilícita porquanto a lei de interceptação telefônica proíbe a gravação clandestina, independente de autorização judicial.
- D) Caso o conteúdo da gravação revele que Nereu cometeu crime distinto do tráfico ilícito de entorpecentes, a gravação não será admitida como meio de prova diante da teoria da serendipidade.

**30.** Sobre os princípios e garantias aplicáveis ao processo penal brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- A) A presunção de inocência da pessoa presa em flagrante delito, ainda que pela prática de crime hediondo, é razão, em regra, para que ela permaneça em liberdade.
- B) A prova declarada inadmissível pela autoridade judicial por ter sido obtida por meios ilícitos deve ser juntada em autos apartados dos principais, não podendo servir de fundamento à condenação do réu.
- C) A lei processual penal admite interpretação extensiva e analógica, bem como o suplemento pelos princípios gerais do direito.
- D) A lei processual penal tem aplicação imediata, sem retroagir, independentemente de seu conteúdo ser mais benéfico para o acusado.

**31.** Jonas, servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí foi vítima do crime de difamação praticado por Celso, que imputou fato ofensivo à reputação de Jonas em razão da função pública por ele desempenhada. Jonas optou por nada fazer em relação ao fato, todavia, seu superior hierárquico ao tomar conhecimento dos fatos compareceu à delegacia e narrou o fato para autoridade policial, que instaurou procedimento e fixou prazo inicial de 10 dias para investigações.

Sobre a situação narrada acima, assinale a alternativa correta:

- A) O prazo fixado pela autoridade policial para as investigações está correto, mas por se tratar de réu solto pode ser prorrogado uma vez por igual período.
- B) O inquérito policial não poderia ter sido instaurado pela autoridade policial sem a concordância do ofendido, considerando a natureza da ação penal do crime investigado.
- C) Conforme entendimento sumulado, o crime contra a honra de servidor público se procede mediante ação penal privada.
- D) A queixa, caso Jonas opte por apresentá-la, deverá ser oferecida no prazo máximo de 06 meses a contar da data do fato, ainda que outra data seja a do conhecimento da autoria.

**32.** Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- B) A competência para processo e julgamento das contravenções penais é, após a Constituição de 1988, da Justiça Estadual, ainda que a contravenção tenha sido praticada em detrimento de bens da União.
- C) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.
- D) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

**33.** Sobre a prisão domiciliar, analise os itens a seguir:

1. Maria, grávida de dois meses, é presa em flagrante pelo crime de latrocínio
2. Ana, grávida de cinco meses, é presa em flagrante pelo crime de tráfico de drogas
3. Joana, grávida de sete meses, é presa em flagrante pelo crime de corrupção passiva
4. Bernarda, grávida de quatro meses, é presa em flagrante pelo crime de lesão corporal grave praticada contra José, seu filho.

Conforme as regras instituídas no Código de Processo Penal, sem prejuízo da análise de eventual direito das presas ao benefício da liberdade provisória, o Magistrado competente substituirá a prisão preventiva por prisão domiciliar em:

- a) 1, 2 e 3
- b) 2 e 3
- c) 1, 2, 3 e 4
- d) Apenas 3

**34.** Assinale a alternativa correta acerca do procedimento sumaríssimo e às regras aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais:

- A) No procedimento sumaríssimo não são admitidas as modalidades de citação por edital ou por hora certa.



- B) Da decisão que rejeitar a denúncia caberá recurso em sentido estrito a ser julgado por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- C) O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.
- D) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- 35.** Maurílio está sendo processado pelo crime de roubo perante o juízo da 3ª Vara Criminal de Teresina. No curso do processo, o magistrado declarou, de ofício, extinta a punibilidade de Maurílio pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. O Ministério Público, inconformado com a decisão, poderá:
- A) apelar, no prazo de 10 dias
- B) apresentar recurso em sentido estrito no prazo de 10 dias
- C) apelar, no prazo de 5 dias
- D) apresentar recurso em sentido estrito no prazo de 05 dias

## DIREITO ADMINISTRATIVO

- 36.** São princípios expressos da Administração Pública positivados no “caput” do art. 37 da Constituição Federal a serem observados:
- A) legalidade, eticidade, transparência, probidade, moralidade.
- B) impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, legalidade.
- C) moralidade, impessoalidade, legalidade, eficácia, probidade.
- D) eficiência, modicidade, legalidade, publicidade.
- 37.** Modo de descentralização da Administração Pública, criado por lei específica para prestar serviços públicos, com autonomia, personalidade de direito público e constituída com capital apenas público, refere-se à definição de:
- A) empresa pública
- B) empresa concessionária
- C) autarquia
- D) sociedade de economia mista
- 38.** Conforme a doutrina administrativista e a legislação aplicável, o poder que consiste na “atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”, é o:
- A) poder disciplinar.
- B) poder hierárquico.
- C) poder de polícia.
- D) poder disciplinar.

- 39.** A licitação é inexigível, de acordo com a Lei 8.666/93:
- A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- C) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- D) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- 40.** Segundo a Lei 8.112/90, caso o servidor público tenha tomado posse e não entre em exercício no prazo estabelecido, será:
- A) readaptado para outra função.
- B) removido para outro órgão.
- C) demitido a bem do serviço público.
- D) exonerado de ofício.

## CÓDIGO DE ÉTICA DO TRE-PI

- 41.** Segundo o Código de Ética dos servidores do TRE/PI, instituído pela Resolução nº 258/2013, assinale a alternativa correta.
- A) As normas contidas no Código Ética aplicam-se somente aos servidores efetivos do quadro do TRE/PI e aos ocupantes de cargo ou função comissionada.
- B) São premissas éticas fundamentais a serem observadas pelos servidores do TRE/PI no exercício de seu cargo ou função: honestidade, dignidade, respeito, decoro, legalidade, pessoalidade, moralidade e transparência.
- C) É dever dos servidores do TRE/PI manter sob sigilo dados e informações de natureza confidencial obtidos no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito, às quais, porventura, tenha acesso em decorrência do exercício profissional, informando à chefia imediata ou à autoridade responsável quando tomar conhecimento de que assuntos sigilosos estejam ou venham a ser revelados.
- D) Ao servidor do TRE/PI é condenável a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade da função pública, os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais, sendo-lhe permitido prestar consultoria técnica ou qualquer tipo de serviço a partidos políticos, candidatos ou a qualquer pessoa física ou jurídica, ligada direta ou indiretamente ao processo eleitoral, bem como a empresas licitantes ou que prestem serviços ao TRE/PI.
- 42.** Considerando as disposições do Código de Ética dos servidores do TRE/PI (Resolução nº 258/2013), assinale a

alternativa incorreta.

- A) É direito de todo servidor do TRE/PI ser tratado com equidade nos sistemas de avaliação e reconhecimento de desempenho individual, remuneração, promoção e lotação, bem como ter acesso às informações a eles inerentes.
- B) O Código de Ética objetiva oferecer, por meio da Comissão Permanente de Ética e Sindicância Investigativa, criada com a finalidade de implementar e gerir o presente Código, uma instância de natureza consultiva e investigativa, destinada a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à correção ética de condutas específicas, bem como apurar irregularidades por meio de sindicância investigatória.
- C) É vedado ao servidor do TRE/PI discriminar colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com que se relacionar em função do trabalho, em razão de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, posição social ou quaisquer outras formas de discriminação.
- D) A Comissão Permanente de Ética e Sindicância do TRE/PI, com natureza consultiva e investigativa, é composta por cinco servidores, e respectivos suplentes, todos servidores efetivos estáveis, designados pelo Presidente do Tribunal, dentre aqueles que não tenham sofrido punição administrativa ou penal nos últimos três anos.

**43.** Sobre o Código de Ética dos servidores do TRE/PI (Resolução nº 258/2013), assinale a alternativa correta.

I. Compete à Comissão Permanente de Ética e de Sindicância do TRE/PI instaurar, ex officio, de ordem ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes, procedimento sobre conduta que considerar passível de violação às normas éticas.

II. A apuração da conduta em desacordo com as normas éticas será realizada com base nas orientações constantes do Código de Ética, e não excederá o prazo de trinta dias, contados da data de instauração do processo, admitida a sua prorrogação por igual período, a critério da Comissão, devendo a prorrogação ser publicada no Diário de Justiça Eletrônico.

III. Na apuração de infrações imputadas ao Diretor-Geral e aos ocupantes do cargo em comissão de Secretário será criada Comissão Especial de Ética e Sindicância, composta por um dos membros da Corte deste Regional, a quem caberá a Presidência da Comissão e por dois servidores estáveis, todos designados pelo Presidente do TRE/PI.

- A) As alternativas I, II e III estão corretas  
 B) Apenas as alternativas I e II estão corretas  
 C) Apenas as alternativas II e III estão corretas  
 D) Apenas as alternativas I e III estão corretas

**44.** Considerando as disposições do Código de Ética dos servidores do TRE/PI (Resolução nº 258/2013), assinale a alternativa incorreta.

A) É vedado pleitear, sugerir ou receber qualquer tipo de presente, prêmio, doação ou vantagem de qualquer espécie para si ou para familiares, em razão de seu cargo ou função, salvo os brindes que não tenham valor comercial e os distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas

comemorativas, desde que não ultrapassem o valor correspondente a 5%(cinco por cento) do vencimento básico do cargo inicial de Técnico Judiciário.

- B) É vedado manter sob subordinação hierárquica direta, em cargo em comissão ou função comissionada, parente ou afim, até o terceiro grau, companheiro ou cônjuge.
- C) É vedado utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para a propagação e divulgação de trotes, boatos, pornografia, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária.
- D) É vedado estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, inclusive quanto à exposição de ideias, pensamentos e opiniões, ainda que para discutir aspecto controverso em instrução processual.

**45.** Nos termos da Resolução nº 258/2013, que instituiu o Código de Ética dos servidores do TRE/PI, assinale a alternativa correta.

I. É permitido exercer a advocacia administrativa para defender o indiciado revel, quando a autoridade instauradora do processo designar um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

II. É proibido fazer ou extrair cópias de relatórios ou de quaisquer outros trabalhos ou documentos ainda não publicados, pertencentes ao Tribunal, para utilização em fins estranhos aos seus objetivos ou à execução dos trabalhos a seu encargo, sem prévia autorização da autoridade competente.

III. É proibido divulgar ou facilitar a divulgação, sem prévia autorização da Presidência, de estudos e pesquisas realizados no desempenho de suas atividades no cargo ou função, cujo objeto ainda não tenha sido apreciado.

- A) Apenas as alternativas I e III estão corretas  
 B) Apenas as alternativas II e III estão corretas  
 C) Apenas as alternativas I e II estão corretas  
 D) As alternativas I, II e III estão corretas

## REGIMENTO INTERNO DO TRE-PI

**46.** Considerando o Regimento Interno do TRE/PI, nos termos da Resolução nº 107/2005 e, respectivas, alterações, marque a alternativa incorreta:

- A) Compete privativamente ao Tribunal Regional Eleitoral responder às consultas que, em tese e sobre matéria eleitoral, lhe forem feitas por autoridades públicas ou partido políticos.
- B) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar, originalmente, as ações de impugnação de mandatos eletivos municipais, estaduais e federais.
- C) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral julgar, originalmente, os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos Juízes Eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por Partidos, candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada, sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo.
- D) Compete privativamente ao Tribunal Regional, nas eleições gerais, federais e estaduais, constituir comissão

apuradora composta por três de seus membros efetivos, presidida pelo Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.

**47.** Consoante as disposições da Resolução TRE/PI nº107/2005, Regimento Interno do TRE/PI, marque a alternativa correta.

I. Ao Corregedor Regional Eleitoral incumbe aplicar aos servidores de cartório eleitoral a pena disciplinar de advertência, censura ou suspensão, até sessenta dias, conforme a gravidade da falta, sendo imprescindível, no último caso, a instauração do procedimento disciplinar.

II. O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, compõe-se de seis membros efetivos.

III. O advogado poderá examinar autos de processos, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada, a suas expensas, a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos.

IV. A distribuição de recurso anterior, no mesmo processo, ou de mandado de segurança, ação cautelar, habeas corpus, petição, reclamação ou representação a ele relativos, torna prevento o relator do primeiro, independentemente da natureza da questão nele decidida, para os recursos ou feitos posteriores, respeitadas as competências privativas da Presidência e da Corregedoria.

- A) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas
- B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas
- C) Apenas as alternativas III e IV estão corretas
- D) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas

**48.** Sobre o Regimento Interno do TRE/PI (Resolução TRE/PI nº107/2005), marque a alternativa correta.

- A) O Tribunal poderá, especialmente em datas de relevância cívica, histórica e cultural para as sedes e termos das zonas eleitorais, realizar, nos municípios correspondentes, sessões ordinárias ou extraordinárias itinerantes, às quais dará ampla publicidade, observando, para a publicação da pauta respectiva, o prazo mínimo de dez dias antes da sessão.
- B) O Tribunal Regional Eleitoral deliberará com a presença de, no mínimo, três dos seus membros, além do Presidente, devendo contar com a presença do Procurador Regional Eleitoral.
- C) O Relator poderá decidir monocraticamente os processos de Prestações de Contas, com informação da Coordenadoria de Controle Interno pela desaprovação ou aprovação das contas, com ou sem ressalvas.
- D) O Recurso Contra Expedição de Diploma e a Ação de Investigação Judicial Eleitoral sujeitam-se à revisão, sendo revisor o Juiz que se seguir ao Relator na ordem crescente de antiguidade no Tribunal.

**49.** Sobre o Regimento Interno do TRE/PI (Resolução TRE/PI nº107/2005), marque a alternativa incorreta.

- A) Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional Eleitoral, relatando fatos e indicando provas, indícios e

circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.

- B) A parte que se considerar prejudicada por despacho do Presidente ou do Relator poderá ajuizar Agravo Regimental no prazo de três dias, contados da publicação ou da intimação do despacho, desde que não haja outro recurso previsto em lei.
- C) São isentos de custas os processos, certidões e quaisquer outros papéis fornecidos para fins eleitorais, ressalvadas as exceções legais.
- D) São admissíveis Embargos de Declaração quando houver no acórdão omissão, obscuridade ou contradição, cujo prazo será de cinco dias da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao Relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório ou omissão.

**50.** Nos termos da Resolução TRE/PI nº107/2005, Regimento Interno do TRE/PI, marque a alternativa correta.

I. A atividade do Relator finda com o julgamento do feito, salvo se, nos processos de competência originária, houver necessidade de executar a decisão.

II. Poderá o relator extinguir ou negar seguimento a pedido ou a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante deste Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, ou deles não conhecerem caso de manifesta incompetência, encaminhando os autos ao órgão que repute competente.

III. O Tribunal reunir-se-á, ordinariamente, em sessões semanais, em número de oito mensais, às segundas e terças-feiras, a partir das oito horas, salvo no período eleitoral, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Presidente ou do próprio Tribunal.

IV. O Relator poderá decidir monocraticamente os processos de Registro de Candidatura, com impugnação formalizada nos autos e manifestação do representante do Ministério Público Eleitoral pelo deferimento de candidatura.

- A) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas
- B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas
- C) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas
- D) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas